



## RESENHA

Livro: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (Orgs.). **Desenvolvimento, planejamento e governança: expressões do debate contemporâneo**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2015. 502p.

*Jondison Rodrigues* – Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. Bolsista CNPq. E-mail: jondisoncardosorodrigues@gmail.com

*Simone S. C. Hoshi* – Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. Bolsista CAPES. E-mail: simonehoshi@gmail.com

*Wanderson Curcino* – Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento PPDSTU/NAEA/UFPA. E-mail: wanc29@yahoo.com.br

*Vanessa S. Amaral* – Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento PPDSTU/NAEA/UFPA. Bolsista FAPESPA. E-mail: vs.amaral@yahoo.com

O Brasil obteve, nessa última década, grandes “avanços”, seja do ponto vista econômico, seja do ponto social. O “avanço” no ponto vista econômico é expresso, por exemplo, pelo crescimento do país em 3,5%, entre 2003 e 2013 (MARQUES; NAKATANI, 2015) – amparado nos crescentes fluxos de entrada de capitais externos e a recuperação do comércio internacional, com forte incremento das exportações, advindo do “efeito China”. Do ponto vista social, esse “avanço” se visualizou com: a) o forte aumento do consumo familiar e mercado interno; b) a promoção de uma forte política social de transferência

de renda e redução da miséria; c) a intensificação ou criação da disponibilidade de crédito para os segmentos de média e baixa da população; d) a diminuição do desemprego; e) a abertura de oportunidades de camadas populares ingressarem em universidades (MARQUES; NAKATANI, 2015).

Apesar desses “avanços” (social e econômico), as políticas de desenvolvimento regional e as políticas intersetoriais não avançaram na educação de base e na área de saúde coletiva das cidades metrópoles, médias ou pequenas, como forma de diminuir as “assimetrias” regionais e locais, principalmente Sul-Sudeste e Norte-Nordeste.

Nesse macrocontexto de processo político e de desenvolvimento social e econômico brasileiro, o livro *Desenvolvimento, planejamento e governança: expressões do debate contemporâneo* traz o debate sobre o momento que o Brasil vive neste início de século XXI, a partir da dimensão econômica, política, social e cultural. O livro também “nasce” de duas outras razões. A primeira razão da construção dessa coletânea/livro deveu-se ao resultado do XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), realizado em maio de 2013, em Recife. A segunda razão deve-se à comemoração dos 30 anos da ANPUR.

O livro busca contribuir para lançar ou mudar aquilo que Alain Corbin deixa implícito (com reflexão profunda) no livro *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove* (CORBIN, 1987), ao pontuar sobre a relevância de redefinir o insuportável ou a mudança dos odores. “Cheiros” esses emitidos/produzidos do processo de desenvolvimento econômico europeu nos séculos XVIII e XIX. Essa metáfora pode ser inserida principalmente no contexto das políticas de planejamento e desenvolvimento percorridos historicamente no Brasil e a necessidade de mudanças estruturais e conjunturais de tais estratégias de desenvolvimento econômico e social. Um ataque frontal às nossas desigualdades sociais; como forma até mesmo de não ruir os grandes torreões, templos, cidades, Babéis de orgulho e força, como assinalado no poema de Antero de Quental (no início da resenha).

O livro está dividido em cinco seções articuladas: i) Planejamento, meio ambiente e conflitos territoriais; ii) Gestão e governança da cidade e da metrópole; iii) Poder, desenvolvimento e urbanismo; iv) Cultura, identidade e conservação; v) Homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. Essas seções apontam como público leitor pesquisadores, professores, discentes de graduação e pós-graduação, técnicos e gestores, entidades públicas e privadas em âmbito nacional e internacional envolvidos com a gestão e o planejamento.

A primeira seção, Planejamento, meio ambiente e conflitos territoriais,

é formada por artigos de: 1) Henri Acselrad; 2) Pedro Jacobi; 3) Tamara Egler, Fabiana Oliveira e Lucas Trajano; e 4) Adriano Batista Dias. O artigo de Acselrad, *Da fetichização do ambiente à sociologia da desmobilização*, discorre sobre a especificidade da questão ambiental como “práticas” dos atores sociais nas disputas (sócio)territoriais, corrente na história brasileira mais recente; além disso busca situar a questão ambiental em quadros teóricos-conceituais densos. Já no contexto crise econômica e contradições capitalistas (HARVEY, 2014; MARQUES; NAKATANI, 2015) e disputas e conflitos socioterritoriais pontuadas por Acselrad, o trabalho de Jacobi empreende um debate sobre a necessidade de gestar os riscos socioambientais (ancorados na discussão de “sociedade de risco”, de Ulrich Beck) e medidas políticas no contexto de cada território para enfrentamento, por exemplo, das mudanças climáticas; além disso, realiza alguns apontamentos e provocações para se promover mudanças nos padrões de consumo e do consumo desigual, e conseqüentemente da governança do espaço urbano como forma de enfrentar “alienação universal”, advindas de uma relação inconvergente entre capital e natureza (HARVEY, 2014).

Tamara Egler, Fabiana Oliveira e Lucas Trajano, em *Rede no Rio: dominação e indignação*, partem da indagação: Como, por quem e para quem é produzida a política pública no espaço urbano do Rio de Janeiro no contexto da globalização? Questionamento atravessado da discussão sobre a capacidade de pensar o futuro do espaço (planejamento urbano), principalmente concernente a megaeventos esportivos (EGLER, 2015), no qual o objetivo é mapear, identificar e analisar atores, processos, fatos e espaços do conflito no contexto de globalização no Rio de Janeiro.

O último artigo da primeira seção, *O aquecimento global e o novo desenvolvimentismo*, de Adriano Batista Dias, detalha os efeitos do aquecimento global como forma de ser considerado no planejamento, do Novo Desenvolvimentismo. O trabalho expõe e analisa a necessidade de um Estado forte para enfrentamento desse fenômeno socioambiental, no entanto conexa à necessidade de (uma tal) inovação induzidas pelo Estado.

A segunda seção é composta por artigos de Jan Bitoun; Marco Aurélio Costa; Cátia Lubambo e Suely Maciel; Suely Maria Ribeiro Leal; Eduardo Marques; Tânia Fischer, Francisco Silva e Rodrigo Soares. Jan Bitoun, no trabalho *Pobreza urbana, produção e estruturação da cidade e da metrópole*, debate acerca dos rumos atuais do desenvolvimento urbano e regional, pautada em uma reflexão sobre pobreza na atualidade. Bitoun ainda demonstra como essas abordagens impregnaram agentes e políticas na condução de iniciativas na cidade de Recife, direcionada para o setor da habitação de “interesse social”.

Os rumos desse desenvolvimento urbano e regional atuais são tratados no artigo de Marco Aurélio Costa, que faz uma breve recuperação da questão metropolitana do Brasil, principalmente acerca da gestão. Essa análise se ancora nos dados iniciais desenvolvidos no âmbito do projeto Governança metropolitana no Brasil, coesa à rede IPEA, que envolve mais de 15 instituições estaduais.

Cátia Lubambo e Suely Maciel descem a detalhes sobre as formas de governança metropolitana no Brasil. Apesar do trabalho das autoras não estar coeso à Rede IPEA, o artigo O desafio de planejar o território e as funções públicas de interesse comum para a governança metropolitana: o caso da RMR apresenta as condições “recentes” de governança da região metropolitana do Recife, nos contextos: a) político-institucional de articulação de gestores públicos, agentes econômicos, políticos e sociais; e b) os desafios de promover a gestão metropolitana. Continuando esse debate de Governança, Suely Maria Ribeiro Leal, em As veias do planejamento urbano e avalanche da governança do mercado, mostra que a governança não é tão democrática ao evidenciar de que forma o poder das imobiliárias vem afetando e atuando na produção do espaço da metrópole do Recife e retraindo o papel do macroplanejamento da metrópole e das cidades circunvizinhas e os mecanismos institucionais “democráticos” deliberados.

O debate de governança é retomado por Eduardo Marques, em Estado, atores e governança, no qual apresenta e discute elementos associados ou relacionados ao uso do conceito de governança urbana em estudos acerca de política e políticas públicas nas cidades. Além disso, busca traçar um quadro conceitual que permita a construção analítica de governança que amplie o foco de estudos de políticas no Brasil para além do governo – aproximações estatais e não estatais, em outras palavras, parcerias público-privadas; e contribua para a incorporação tais conceituações em políticas públicas urbanas das cidades.

Na contramão analítica do debate de governança, principalmente de Eduardo Marques, onde não há uma “debruçamento” ou desvelamento de disputas, tensões e conflitos nas políticas, planejamentos e políticas públicas, o artigo de Tânia Fischer, Francisco Silva e Rodrigo Soares Bosque das Bromélias: mobilizações do futuro – uma construção parentética investiga a possibilidade de integração e convergência de interesses de atores sociais diversos no desenvolvimento territorial, no contexto de embates e conflitos inerentes a tal construção. Os autores, como forma de tornar a proposta inteligível, “adotam” a cidade de Salvador como locus de investigação, mais precisamente o Residencial Bosque das Bromélias, Bairro “recém-criado” – formado a partir de seis empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Em sua terceira parte, assim intitulada: Poder, desenvolvimento e urbanismo,

fica evidenciada a preocupação ao redor do poder e suas relações. Relaciona-se às questões pendentes sobre o urbanismo e a conquista do direito às cidades, por meio das políticas públicas, paternalistas ou não, mas que de alguma forma tocam para uma expectativa de crescimento ou de desenvolvimento, mesmo que esta seja feita às avessas, de modo transversal ou até mesmo no estilo top down.

“Capitaneia” essa secção Edna Castro, com o artigo Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder – no qual, tendo como base em Bourdieu, adota como critério o campo – o campo do desenvolvimento. Nessa ordem, apresenta o desenvolvimento como ponto central, para na verdade perquirir o que, afinal, é o desenvolvimento. Categoria essa que necessita de melhor preparo, análise e investigação por meio do setor acadêmico. Desenvolvimento, na perspectiva teórico-metodológica apresentada pela autora, não se prende inocentemente e tão somente ao viés econômico que o termo poderia ensejar e que muitas vezes somente por esse ângulo é pontuado por muitos. Castro promove uma discussão desse desenvolvimento que se alastra no meio social, por meio das relações de poder entre os atores desse jogo. O jogo do poder e de poder é permeado pelos agentes governamentais, agentes mercantis e os espaços da ação coletiva – como dos movimentos sociais. Faz uma incursão na oscilação do colonialismo e do pós-colonialismo (QUIJANO, 1992), além de dinamizar o texto com pontos marcantes do que se trata e o que se tem na ecologia política, como forma de questionar o discurso eurocentrado do conhecimento ou promover uma “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2008).

Martim O. Smolka e Laura Mullahy esboçam o seguimento da secção analisando o motivo pelo qual os policy makers e os acadêmicos da América Latina engajam-se de modo considerável nas políticas de terras urbanas, de modo direto ou indireto, com base em outros países – sendo díspares da realidade social brasileira, muitas vezes. Sendo assim, a proposta de arguição ancora-se na relevância para o planejamento urbano ao desvelar os infortúnios que pesam sobre os governos, planejadores e consultores urbanos na falta de eficácia das e para as boas práticas de ideias.

Em Política e urbanismo em tempo de democracia: o governo do prefeito Miguel Arraes no Recife, a autora Virgínia Pontual anuncia um texto em cadência histórica, que percorre por meio do documento A Política do Desenvolvimento do Recife Metropolitano –elaborado por Miguel Arraes, em seu mandato nos anos de 1959. O artigo percorre um “recorte histórico” cotejando as mudanças e transformações ocorridas na esfera ou escala local (metropolitano) e as dinâmicas urbano-regionais brasileira e mundial (SIQUEIRA, 2015).

Contraposto a isso, o texto de Adauto Lúcio Cardoso, Lulismo, política

habitacional e a reestruturação do setor imobiliário: reflexões sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, faz um histórico desde o sistema financeiro de habitação para contextualizar o nascedouro de políticas sociais voltadas para a moradia, seu ápice, ruptura e declínio – em períodos do governo Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso e ascensão – mote no governo Lula: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O texto mostra como as coalisões de última hora e de “ocasião” são capazes de criar valas socioeconômicas, juntamente com a manipulação da política governamental; e como um programa não é capaz de se autogestar.

Orlando Alves dos Santos Junior, em *Mercantilização e neoliberalização das cidades brasileiras no contexto dos megaeventos esportivos: desafios na perspectiva do direito à cidade e da rebeldia criativa*, reflete criticamente sobre o que megaeventos esportivos, tais como a Copa do Mundo e Rio 2016, trouxeram ou trarão de alento material para as cidades ou, subjacente a isso, o que de “pacificação e expropriação” trarão ou trouxeram (EGLER, 2015). O autor recorre à Lefebvre para exprimir o direito à cidade como mote de transformação e de insurgência a toda a panaceia criada pelo empreendedorismo neoliberal.

O último artigo da seção três, *Investimentos em infraestrutura social no “novo desenvolvimentismo”*: atuação do BNDS e perspectivas futuras, de Adriana Barbosa Dantas Zeraik e Renato Berer, aborda o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social desde o ano 2000 e as políticas de Estado cotejadas nesse período, como também em período anterior: 1952-1979, com o objetivo de estabelecer o nível diferencial entre o neodesenvolvimentismo e o desenvolvimentismo. Entre tabelas e gráficos de investimentos, os autores tentam mostrar o engajamento do BNDES em vários setores de desenvolvimento, seu incremento e decréscimo em alguns setores ao longo do período observado. Os autores afirmam que o BNDES necessita injetar e ampliar o rol de investimentos para as regiões Norte e Nordeste, sob o mote de minimizar as desigualdades sociais.

A penúltima seção do livro traz a discussão sobre cultura, identidade e conservação na cidade, com textos de Cêça Guimarães, Flavio de Lemos Carsalade, Gábor Sonkoly, José Tavares Correia de Lira, Lucia Leitão, Norma Lacerda e Kainara Lira dos Anjos. No primeiro artigo da seção, *Por que Museu quando o tema é cidade?*, Cêça Guimarães aponta o papel da aproximação dos campos da museologia com a da arquitetura para o processo de desenvolvimento da cidade contemporânea. O elo desta aproximação, segundo ela, se dá por meio da prática de musealização, que se diferencia da ideia de “cristalização” da história evocada no termo museificar.

A autora se utiliza da análise de alguns dos principais textos internacionais

que trataram da questão. Desde o início, debate o planejamento urbano, passando pela captura do conceito de musealização pelo campo do patrimônio até sua interseção com o debate do espaço público e a inclusão do conceito de “comunidade”. Deste modo, Guimarães nos apresenta um conceito de museu não mais sob a perspectiva da interação do público com o espaço físico da instituição e a coleção que ela abriga, mas sim que se articula com todo o seu entorno que, de alguma forma, lhe confere significado.

Flavio de Lemos Carsalade, em *Cultura, identidade conservação: espaço público, sociabilidades, patrimônio cultural*, segue mais além da perspectiva do entendimento da cidade. Para o autor, a questão cultural deve ser tema de ascensão na agenda do planejamento urbano, sobretudo pelo fato do engajamento de setores da sociedade na preservação do patrimônio cultural e na apropriação do espaço por diferentes “tribos urbanas” que fazem da cidade meio e palco de suas expressões culturais. Tema importante, pois no jogo de apropriações do espaço público, e impressos no planejamento das cidades, acabam por negar os usos do espaço público, ao mercadorizar os espaços.

Ainda nesse contexto espaço, mais especificamente a trajetória do conceito de paisagem histórica urbana, Gábor Sonkoly, em *The critical analysis of the concept of historic urban landscape*, apresenta tal conceito como uma forma de conhecimento institucionalizado para gerir e interpretar a realidade social, econômica e cultural, engendrada pela herança cultural. Sonkoly apresenta uma discussão como um conceito atravessado por ideologias diferentes desde o século XIX, como o socialismo, o liberalismo e o totalitarismo. A sustentabilidade, como paradigma atual, veio trazer uma tentativa de conciliar esse conflito.

De patrimônio, ruínas urbanas e outsiders, texto de José Tavares Correia de Lira, expõe uma contradição importante no processo de patrimonialização das cidades: ao mesmo tempo em que o processo de desenvolvimento das cidades produz espaços de ruína, em detrimento de outros extremamente protegidos e conservados, são exatamente para esses espaços de ruína que convergem “as autoimagens cidadinas, os olhares dos turistas, as reivindicações de identidade e boa parte das estratégias urbanas”. Tal fato gera um conflito no seio do espaço público entre os interesses e valores por traz dos processos de patrimonialização e a presença resistente de prostitutas, drogados, mendigos, homossexuais, entre outros identificados como outsiders.

Lúcia Leitão, no artigo *Nossos olhos enevoados. Sobre o ambiente construído e sua dimensão psicoantropológica: notas preliminares para uma discussão teórica*, foge ao debate de Carsalade e Sonkoly. A autora discorre sobre a dificuldade, que é própria do ser humano, em enxergar a realidade e lança o

seguinte questionamento: Por que a forma destrutiva, inerente ao humano está praticamente ausente nas discussões sobre a criação do ambiente construído? Para a autora, esta é a uma grande lacuna nos questionamentos sobre o ambiente construído ou o espaço construído. Desta forma, para sustentar os argumentos, a autora utiliza a noção de *violence fondatrice* ao pensar na dimensão antropológica, bem como a «pulsão de morte» para se pensar na dimensão psíquica e assim construir a discussão a respeito do ambiente construído ou edificação da cidade dos homens. A autora afirma, com base em Maffesoli, que é necessário saber gerir o “mal” para que seja possível lidar com o nosso lado de sombra. Sombra esta que está imersa no nosso inconsciente.

O texto *A regulação da dinâmica espacial nos centros históricos brasileiros em tempos de globalização: o caso do Recife (Brasil)*, de Norma Lacerda e Kainara Lira dos Anjos, mostra a realidade da dinâmica espacial no Centro Histórico do Recife (CHR) em duas frentes. Na primeira, é possível observar o espaço sendo (re)produzido a partir da expulsão dos habitantes para a “chegada” do mercado habitacional e de comércio e serviços. Na segunda, as habitações continuaram presentes, no entanto foram produzidas novas “espacialidades e temporalidades” (relações) devido à deterioração física dos espaços.

A última secção, de Lillian Fessler Vaz, intitulado *Viva a vida! Uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro* faz uma reflexão com base na expressão usada por Lillian Vaz: «Viva a vida!». A autora afirma, ancorada em Ana Clara Torres Ribeiro, que é preciso problematizar a vida como objeto de pesquisa, uma vez que a causa ecológica alcança apoio, mas a antropológica ainda se mantém desconhecida ou lhe é dada pouca importância.

O livro traz vários pontos reflexivos interessantes, como já discutidos, mas também traz um problema epistêmico e político sério: o uso e a inserção do termo político-ideológico chamado *Governança*. Palavra mágica da democracia, de ordem de consenso e não conflito, e da criação de uma nova linguagem, que visa facilitar a disseminação da lógica neoliberal e o livre exercício da economia mundial globalizada – uma forma de adoção de formas múltiplas de autoritarismo disfarçado (padrão político homogeneizante), capitaneada pelo Banco Mundial (GALLON; SEVERO, 2015). Esse problema permite que o livro caia em contradição, uma vez que faz reflexões e apontamentos para novos horizontes políticos, econômicos e sociais que perpassariam por mudanças estruturais, institucionais e sociopolíticas impressos em políticas de desenvolvimento e planejamento do Estado brasileiro.

Em síntese, a recomendação da leitura do livro não está em confirmar os tópicos (pontos interessantes) e as críticas discutidos aqui (muitas vezes

implícitas), mas ser um elemento reflexivo crítico construtivo de pensar ou repensar todos os sistemas de percepções, compreensões e dinâmicas de desenvolvimentos e os planejamentos regionais e urbanos no Brasil e as tensões e conflitos nas cidades.

## REFERÊNCIAS

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

EGLER, Tamara. Pacificação e expropriação no jogo olímpico. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n.1, 2015.

GALLON, S.; SEVERO, M. B. Debate teórico em torno do tema governança: reflexões preliminares. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 5, n.1, p.58-71, 2015.

HARVEY, David. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. The strength and fragility of the brazilian economy. *Monthly Review*, v. 67, n. 01, p.17-31, 2015.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLIA, Heraclio (Comp.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: Tercer Mundo Editores. p. 437-447, 1992.

SIQUEIRA, Hipólita. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). *EURE*, v.41, n.122, p.261-277, 2015.

Texto submetido à Revista em 06.06.2015  
Aceito para publicação em 17.08.2015

